



TERMO DE PARCERIA Nº46/2018.

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTES — SEESP E A FEDERAÇÃO DE ESPORTES ESTUDANTIS DE MINAS GERAIS COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes, doravante denominado ÓRGÃO ESTATAL PARCEIRO (OEP), com sede no com sede na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 – 8º andar, Edifício Minas, bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu Secretário em Exercício, Sr. Ricardo Alexandre Sapi de Paula, brasileiro, solteiro, portador da CI nº MG 6570617/SSPMG e do CPF nº 011.006.016-43, residente e domiciliado em Belo Horizonte/ Minas Gerais, e a Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais, doravante denominada Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CGC/CNPJ nº 04.070.420/0001-03, conforme qualificação publicada no Diário Oficial dos Poderes do Estado de 03/12/2016, com sede Na Rua Boaventura, 754, Bairro Indaiá, Belo Horizonte, Minas Gerais neste ato representada na forma de seu estatuto pelo seu Presidente, Sr. Everson Ciccarini, brasileiro, casado, portador da CI nº M3.441.354/PCMG e do CPF nº 605.051.256 - -68, residente e domiciliado em Belo Horizonte/Minas Gerais, com interveniência da Secretaria de Estado de Educação, doravante denominado ÓRGÃO ESTATAL INTERVENIENTE (OEI), com sede na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 – 10º e 11º andar, Edifício Minas, bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu Secretário de Estado Adjunto, Sr. Wieland Silberschneider, brasileiro, divorciado, portador da CI MG1072289 e do CPF nº 451.960.796-53, residente e domiciliado em Belo Horizonte/Minas Gerais, com fundamento no que dispõem a Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003 e o Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012 e suas alterações, resolvem firmar o presente Termo de Parceria, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Parceria, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes, tem por objeto a realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG para desenvolver o esporte educacional com o intuito de proporcionar, através da prática esportiva, o aperfeiçoamento de capacidades e habilidades indispensáveis ao processo de formação e de desenvolvimento humano dos estudantes do estado de Minas Gerais, por meio do fomento à prática de modalidades esportivas coletivas e individuais e para atletas com deficiência de diversos municípios.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPOSIÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

Constituem partes integrantes e inseparáveis deste Termo de Parceria:

- a) Anexo I – Concepção da Política Pública;
- b) Anexo II – Programa de Trabalho;
- c) Anexo III – Da Sistemática de Avaliação do Termo de Parceria;

Parágrafo único - O Termo de Parceria vigente, nos termos da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, poderá ser alterado ou prorrogado, por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo, salvo quanto ao seu objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Para a implementação do Programa de Trabalho, constante no Anexo II deste Termo de Parceria, foi estimado o valor de R\$ 8.259.722,97 (oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos)

Valor (R\$)	Dotação Orçamentária / Fonte
R\$ 6.759.722,97	1671.27.366.178.4551.0001.3390.39.46.1.38.1
R\$ 1.500.000,00	1261.12.368.214.4655.0001.3390.39.46.1.10.1

II - Havendo saldo remanescente de repasses financeiros anteriores, o mesmo poderá ser subtraído do repasse subsequente previsto no Cronograma de Desembolsos, garantindo-se que será disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do Termo de Parceria. Não será computado como saldo remanescente o que corresponder a compromissos já assumidos pela OSCIP para atingir os objetivos do Termo de Parceria, bem como os recursos referentes às provisões trabalhistas.

Parágrafo Primeiro – Quaisquer despesas com consultorias ou assessorias externas não previstas inicialmente devem estar relacionadas ao objeto do Termo de Parceria e ser aprovadas prévia e formalmente pelo Órgão Estatal Parceiro.

Parágrafo Segundo – É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos do presente Termo de Parceria, para finalidades diversas ao seu objeto, mesmo que em caráter de urgência, bem como a título de:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) pagamento de despesas com juros, multas, atualização monetária e custas de protesto de título, por atraso de pagamento com recursos do repasse do OEP e com receitas arrecadadas pela OSCIP, previstas neste Termo de Parceria;



- c) gratificação a agentes públicos, exceto aos servidores que lhe forem cedidos e exerçam função temporária de direção ou assessoramento, observado o disposto no §1º do art.5º da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003;
- d) consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a agente público que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública estadual;
- e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social realizadas nos termos da cláusula décima segunda, em que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, principalmente de autoridades, servidores públicos, dirigentes e trabalhadores da OSCIP.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Parceria vigorará por 23 meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Poderes do Estado, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES, DIREITOS E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades, direitos e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste Termo de Parceria e os previstos na Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, no Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012, na Resolução SEPLAG nº 11, de 06 de fevereiro de 2014 e em suas alterações:

I – DO ÓRGÃO ESTATAL PARCEIRO - OEP

- a) Elaborar e conduzir a execução da política pública;
- b) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do Termo de Parceria, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- c) Prestar o apoio necessário e indispensável à OSCIP para que seja alcançado o objeto do Termo de Parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- d) Repassar à OSCIP os recursos financeiros previstos para a execução do Termo de Parceria de acordo com o cronograma de desembolsos previsto no Anexo II – Programa de Trabalho;
- e) Publicar, no Diário Oficial dos Poderes do Estado, extrato do Termo de Parceria contendo o nome dos representantes da Comissão Supervisora, do responsável pela boa gestão dos recursos por parte da OSCIP, bem como de seus aditivos, conforme modelo constante no sítio eletrônico da SEPLAG;
- f) Instituir Comissão de Avaliação - CA, nos termos do art. 46 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012;
- g) Analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- h) Analisar a prestação de contas anual apresentada pela OSCIP de acordo com o disposto no art. 62 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012;
- i) Analisar a prestação de contas de encerramento, apresentada pela OSCIP de acordo com o disposto no art. 63 do Decreto nº 46.020, de 9 de agosto de 2012;



- j) Disponibilizar, em seu sítio eletrônico, na íntegra, o Termo de Parceria e seus aditamentos, bem como todos os Relatórios Gerenciais de Resultados e da CA, no prazo de quinze dias a partir da assinatura dos referidos documentos;
- k) Comunicar tempestivamente à OSCIP todas as orientações e recomendações efetuadas pela CGE e pela SEPLAG, bem como acompanhar e supervisionar as implementações necessárias no prazo devido;
- l) Fundamentar a conveniência ou não da prorrogação da parceria;
- m) Acompanhar e avaliar a adequada utilização dos recursos e bens públicos destinados à OSCIP por meio do Termo de Parceria, verificando, por amostragem, os comprovantes de gastos e a obediência ao Regulamento de Compras e Contratações – RCC;
- n) Garantir o devido registro da marca da política pública executada via Termo de Parceria no órgão competente, conforme o caso;
- o) Aprovar o Regulamento de Compras e Contratações – RCC e Regulamento Interno da OSCIP que contenha as normas para a concessão de diárias e procedimentos de reembolso, bem como suas posteriores alterações;
- p) Receber e analisar, técnica e financeiramente, relatórios de monitoramento apresentados pela OSCIP;
- q) Elaborar juntamente com a OEI e com a OSCIP o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sedimento do JEMG;
- r) Fomentar, juntamente com a OSCIP, a participação do público alvo, quando necessário;
- s) Gerenciar, juntamente com a OSCIP, o sistema de inscrições, quando necessário;
- t) Articular, juntamente com a OSCIP, com as cidades sedes das competições, quando necessário;

II – DO ÓRGÃO ESTATAL INTERVENIENTE - OEI

- a) Colaborar com o OEP no desenvolvimento das ações necessárias à plena execução do objeto do Termo de Parceria;
- b) Indicar um representante para acompanhar a Comissão Supervisora do Termo de Parceria em todas as suas atividades, colaborando tecnicamente para a tomada de decisões;
- c) Indicar um representante para compor a Comissão de Avaliação do Termo de Parceria, que poderá ser a mesma pessoa indicada para acompanhar a comissão supervisora do Termo de Parceria;
- d) Zelar pela boa execução dos recursos financeiros, observando sempre sua vinculação ao objeto do Termo de Parceria;
- e) Disponibilizar à OEP, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) na dotação 1261.12.368.214.4655.0001.3390.39.46.1.10.1, por meio de anulação e suplementação de dotação orçamentária, de acordo com Resolução Conjunta a ser publicada, autorizando e credenciando o ordenador de despesas e o responsável técnico da SEESP no SIAF.



- f) Elaborar juntamente com a SEESP e com a OSCIP o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sedimento do JEMG;
- g) Arcar com despesas, tais como diárias e deslocamentos, dos servidores da SEE, quando necessário;
- h) Fornecer à OSCIP as informações das escolas do Estado para o desenvolvimento das ações do Programa de Trabalho e fomentar institucionalmente, junto aos diretores escolares e às Superintendências Regionais de Ensino-SRE, as ações do Termo de Parceria;
- i) Disponibilizar as instalações das escolas estaduais, conjuntamente com o município sede, que serão utilizadas como alojamentos dos estudantes nas sedes do JEMG, adequando o calendário escolar ao calendário dos Jogos;
- j) Acompanhar vitórias das sedes do JEMG, prioritariamente das escolas que servirão como alojamentos para os estudantes;
- k) Realizar, quando possível, os reparos necessários nas escolas estaduais que servirão de alojamentos para os estudantes;
- l) Organizar a logística de distribuição dos estudantes nas escolas estaduais que servirão de alojamentos nas sedes do JEMG;
- m) Divulgar amplamente o calendário dos Jogos às escolas estaduais, adequando o calendário escolar das mesmas ao JEMG;
- n) Colaborar no fomento da execução das etapas seletivas municipais para o JEMG

III - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP

- a) Apresentar ao OEP, ao término de cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, conforme modelos disponibilizados no sítio eletrônico da SEPLAG;
- b) Prestar contas ao OEP, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Parceria, sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados da entidade, nos termos dos incisos II e III do art. 61 do Decreto nº 46.020, de 9 de agosto de 2012;
- c) Executar todas as atividades inerentes à implementação do Termo de Parceria, baseando-se no princípio da legalidade, e zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
- d) Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do OEP;
- e) Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes à execução do Termo de Parceria, observando-se o disposto no inciso VII do art. 5º da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, bem como ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;



- f) Publicar em jornal de grande circulação, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura do Termo de Parceria, a íntegra do Regulamento de Compras e Contratações – RCC, conforme previsto no art. 17 da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, contendo procedimentos para promover a contratação de quaisquer bens, obras e serviços, bem como para compras com o emprego de recursos provenientes do Poder Público ou arrecadados em função da existência do Termo de Parceria;
- g) Indicar ao OEP pelo menos um responsável pela administração e aplicação dos recursos recebidos, o qual se responsabilizará pela correta aplicação dos recursos e pela sua utilização exclusivamente para as finalidades previstas no Termo de Parceria e cujo nome deverá constar no extrato do Termo de Parceria;
- h) Indicar ao OEP pelo menos um representante para compor a Comissão de Avaliação, no prazo de vinte e cinco dias contados da data de assinatura do Termo de Parceria;
- i) Movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do Termo de Parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto a banco autorizado formalmente pelo OEP;
- j) Assegurar que toda divulgação das ações objeto do Termo de Parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do OEP, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual do Governo do Estado de Minas Gerais;
- k) Disponibilizar, em seu sítio eletrônico, seu estatuto, certificado de qualificação como OSCIP Estadual, o Termo de Parceria na íntegra e seus aditamentos, bem como todos os Relatórios Gerenciais de Resultados com demonstrativos financeiros consolidados e os Relatórios da Comissão de Avaliação, no prazo de quinze dias após a formalização dos referidos documentos;
- l) Manter registro, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao Termo de Parceria;
- m) Permitir e facilitar o acesso de técnicos do OEP, de membros do Interviente e do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Avaliação, da SEPLAG e da CGE a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas;
- n) Utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos do Termo de Parceria exclusivamente na execução de seu objeto;
- o) Registrar todos os bens imóveis e móveis permanentes, em até quinze dias após sua aquisição, e identificá-los por meio de placas ou etiquetas contendo, no mínimo, o número do Termo de Parceria;
- p) Restituir à conta do OEP o valor repassado, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:
1. quando não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas anuais e de encerramento;
 2. quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida no Termo de Parceria;
 3. quando a OSCIP não cumprir o disposto no Termo de Parceria, na Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012;



4. quando a qualificação da OSCIP for cancelada.
- q) Estabelecer regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, que deverá ser submetido à aprovação, prévia e formal, do OEP e da SEPLAG;
 - r) Manter o OEP e a SEPLAG informados sobre quaisquer alterações em seu Estatuto, composição de Diretoria, Conselhos e outros órgãos da OSCIP, diretivos ou consultivos;
 - s) Enviar as alterações estatutárias para a SEPLAG em até dez dias úteis após o registro em cartório;
 - t) Cumprir o disposto no Capítulo VI do Decreto Estadual nº 45.969, de 2012;
 - u) Apresentar ao poder público estadual, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados e a prestação de contas contábil, independentemente das previsões mencionadas no do artigo 13, inciso V, da Lei estadual nº 14.870/2003;
 - v) Fomentar a participação do público alvo;
 - w) Gerenciar o sistema de inscrições;
 - x) Articular com as cidades sedes das competições;
 - y) Elaborar juntamente com a OEP e com a OEI o regulamento geral, os regulamentos específicos por modalidade, o sistema de disputa e o projeto de sediamiento do JEMG.
 - z) Executar as etapas do JEMG em, no máximo, 56 (cinquenta e seis) sedes na etapa microrregional, 6 (seis) na etapa regional e 2 (duas) sedes na etapa estadual;
 - aa) Organizar, executar e acompanhar todos os procedimentos necessários para que a Delegação de Minas Gerais participe dos Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares;
 - bb) Executar e monitorar a aquisição de materiais esportivos, uniformes e premiação;
 - cc) Conservar os bens adquiridos com recursos do Termo de Parceria e responsabilizar-se pela sua guarda, manutenção e conservação;
 - dd) Manter atualizado o sítio eletrônico do JEMG;
 - ee) Responsabilizar-se pelo aspecto logístico, pela fixação, retirada e armazenamento do material de comunicação utilizado nas sedes durante os Jogos;
 - ff) Validar junto à SEESP a exposição da logomarca da entidade, que só poderá constar nas peças oficiais do evento, seguindo o Manual de Aplicação de Logomarcas.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS DIRIGENTES DA OSCIP

Conforme art. 16 da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, caso haja indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, o órgão do poder público afeto à área de atuação relativa à atividade fomentada e os Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação, representarão ao Ministério Público e à Advocacia-Geral do Estado, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens de seus dirigentes e de agente público ou terceiro que possa haver enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras



medidas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo Primeiro – Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações podem ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da OSCIP, conforme art. 50 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Parágrafo Segundo – Os diretores, gerentes ou representantes de OSCIP são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, ou estatutos, conforme art. 135, inc. III da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Parágrafo Terceiro – As hipóteses previstas no caput e parágrafos desta cláusula quarta não afastam as demais responsabilidades dos dirigentes, diretores e responsáveis da OSCIP previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COMISSÃO SUPERVISORA

A Comissão Supervisora do Termo de Parceria representará o OEP na interlocução técnica com a OSCIP e no acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o OEP informado sobre o andamento das atividades.

Parágrafo Primeiro – Conforme determina os arts. 43 e 44 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012, compõem a Comissão Supervisora:

Frederico Oliveira Motta Pessoa, MASP M11.42.960-2, como Supervisor do Termo de Parceria;
Henrique Tângari Silva, MASP 752.931-6, como Adjunto do Supervisor;

Parágrafo Segundo – A Comissão Supervisora poderá ser alterada a qualquer momento pelo OEP por meio de Termo de Apostila, conforme § 1º do art. 44 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012.

Parágrafo Terceiro – Em caso de ausência temporária do Supervisor do Termo de Parceria, seu Adjunto assumirá a supervisão até o retorno do primeiro.

Parágrafo Quarto – Em caso de vacância do cargo de Supervisor, o seu Adjunto assumirá interinamente a supervisão do Termo de Parceria por no máximo de 15 (quinze) dias a partir da data da vacância, quando o Dirigente do OEP signatário do Termo de Parceria deverá indicar novo Supervisor.

Parágrafo Quinto – Em caso de ausência temporária ou vacância simultânea dos cargos de Supervisor e Adjunto, o Dirigente do OEP signatário do Termo de Parceria assumirá as funções de supervisão, devendo, em um prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da data da ausência ou vacância, indicar novo Supervisor e Supervisor Adjunto.

Parágrafo Sexto – Ocorrerá a vacância nos seguintes casos:



- a) abandono de cargo ou função pública pelo não comparecimento ao serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos ou mais de noventa dias não consecutivos em um ano;
- b) falta injustificada a uma reunião da Comissão de Avaliação; e,
- c) hipóteses de vacância do cargo público, previstas no Art. 103 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O Termo de Parceria será avaliado conforme o Programa de Trabalho constante no Anexo II deste Termo de Parceria, seguindo sistemática de avaliação, constante no Anexo III deste Termo de Parceria.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

Os procedimentos referentes à gestão patrimonial da OSCIP no âmbito do Termo de Parceria observarão a Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, o Decreto nº 46.020, de 2012, a Resolução SEPLAG nº 11, de 06 de fevereiro de 2014 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro - Os bens adquiridos pela OSCIP com recursos do Termo de Parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em conformidade com o objeto do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSCIP elaborará e apresentará ao ÓRGÃO ESTATAL PARCEIRO, responsável pela fiscalização do uso do recurso destinado, prestação de contas conforme previsto na Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012.

Parágrafo único – Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSCIP, devidamente identificados com o número do Termo de Parceria, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSCIP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE

Será obrigatória a realização de auditoria externa independente para a verificação da aplicação dos recursos nos Termos de Parceria cujo valor anual seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão) de reais, conforme dispõe art. 52 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012.

Parágrafo primeiro – Ao realizar a contratação de empresa de auditoria externa independente a OSCIP deverá prever, no contrato firmado, que a contratada deverá apresentar Plano de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Auditoria do Trabalho, a ser executado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Auditor Independente, em especial a NBC TA 200, a NBC TA 300 e a NBC TA 805, explicitando, dentre outros:

- a) Objetivo do Trabalho;
- b) Escopo do trabalho;
- c) Período de duração e cronograma do trabalho;
- d) Número de Auditores necessário para executar o trabalho;
- e) Procedimentos de avaliação de riscos;
- f) Critérios de seleção da amostra;
- g) Procedimento de auditoria;
- h) Técnicas de auditoria;
- i) Cláusula que determine a entrega à OSCIP de relatório de auditoria contendo manifestação sobre:
 1. A adequação do sistema contábil do controle interno da entidade, bem como seu grau de segurança, opinando sobre a fidedignidade dos registros contábeis e de outras fontes de informação;
 2. A regularidade da aplicação dos recursos do Termo de Parceria frente aos valores previstos na memória de cálculo do mesmo; bem como daqueles arrecadados em função da existência do Termo;
 3. A observância do regulamento de compras e contratações, na execução das despesas;
 4. Adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis no período, bem como de toda documentação disposta no art. 62, §1º, do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012, exceto as previstas nos incisos XIII e XIV desse mesmo artigo;
 5. O cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial, as relacionadas às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
 6. Propor medidas de aperfeiçoamento dos controles internos e do sistema contábil da entidade.
- j) Cláusula que determine à contratada emitir parecer, conforme previsto no art. 52 e no inciso XIII, do §1º do art. 62 do Decreto nº 46.020, de 9 de agosto de 2012, a partir dos registros constantes no relatório previsto no item i do parágrafo primeiro desta cláusula;
- k) Cláusula que autorize, de forma irrestrita, o acesso da Controladoria-Geral do Estado às informações relativas ao trabalho de auditoria realizado, nos termos da NBC P 1.6.

Parágrafo segundo – A OSCIP não contratará a mesma a empresa de auditoria externa independente por mais de 02 (dois) exercícios consecutivos.

Parágrafo terceiro - O parecer da Auditoria Externa independente deverá ser elaborado sobre a aplicação dos recursos do Termo de Parceria e dos recursos diretamente arrecadados em



função do instrumento, contemplando a análise da documentação contábil bem como das demonstrações contábeis, devendo contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) verificação da conformidade dos documentos contábeis da OSCIP;
- b) verificação dos documentos da Prestação de Contas;
- c) verificação da aplicação dos recursos do Termo de Parceria, bem como dos diretamente arrecadados, certificando que os mesmos foram executados em observância ao regulamento de compras e contratações;
- d) emissão de parecer sobre a documentação contábil e as demonstrações contábeis do período analisado;
- e) verificar o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial as relacionadas às entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada ao presente Termo de Parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as normas estabelecidas pela Secretaria de Governo de Minas Gerais - SEGOV.

Parágrafo Primeiro – É vedada à OSCIP a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto deste Termo de Parceria sem o consentimento prévio e formal do Órgão Estatal Parceiro. Caso a OSCIP realize ação promocional sem a aprovação do OEP, o valor gasto deverá ser restituído à conta do Termo de Parceria e o material produzido deverá ser recolhido.

Parágrafo Segundo – A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Termo de Parceria deverá apresentar a marca do Governo do Estado de Minas Gerais e do Órgão Estatal Parceiro, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do Órgão Estatal Parceiro.

Parágrafo Terceiro – O Órgão Estatal Parceiro deverá assegurar que em qualquer peça gráfica ou divulgação em meio audiovisual relativas ao Termo de Parceria, à política pública em execução ou seus resultados, o Governo do Estado de Minas Gerais conste como realizador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Parceria poderá ser rescindido, independentemente das demais medidas cabíveis, nas situações previstas no art. 64 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012.

Parágrafo Único – Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o Órgão Estatal Parceiro deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que motivaram a rescisão do Termo de Parceria.

Éversor Ciccarini
Presidente



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O Órgão Estatal Parceiro providenciará a publicação do extrato deste Termo de Parceria no Diário Oficial dos Poderes do Estado, nos termos do Art. 13, VII da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro – Os trabalhadores contratados pela OSCIP não guardam qualquer vínculo empregatício com o poder público, inexistindo, também, qualquer responsabilidade do Estado relativamente às obrigações trabalhistas assumidas pela OSCIP, conforme disposto no § 1º do art. 34 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012;

Parágrafo Segundo – O Estado não responde subsidiariamente ou solidariamente pelo não cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias assumidas pela OSCIP, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais, conforme disposto no § 2º do art. 34 do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente Termo de Parceria em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Belo Horizonte, 09 de Fevereiro de 2018.

Ricardo Alexandre Sapi de Paula
Secretaria de Estado de Esportes

Everson Ciccarini
Federação de Esportes-Estudantis de Minas Gerais

Wieland Silberschneider
Secretaria de Estado de Educação



ANEXO I DO TERMO DE PARCERIA – CONCEPÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

O Minas Esportiva/Jogos Escolares de Minas Gerais é um programa do Governo do Estado de Minas Gerais que consiste na mais tradicional competição esportiva do estado no âmbito escolar, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Esportes- SEESP e Secretaria de Estado de Educação – SEE, tendo como metas principais as que abaixo se encontram listadas:

- Fomentar a prática do esporte e do paradesporto com fins educativos;
- Contribuir para o adequado desenvolvimento do talento esportivo e paradesportivo;
- Contribuir para o desenvolvimento integral do estudante como ser social, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania;
- Estimular a prática esportiva nas instituições de ensino fundamental e médio das redes públicas (municipal, estadual e federal) e particular;
- Promover o intercâmbio socioesportivo entre os participantes e as comunidades envolvidas;
- Estabelecer um elo de identidade do educando com sua unidade de ensino;
- Indicar o representante do Estado de Minas Gerais nas modalidades e categorias, quando for o caso, em eventos promovidos pelo Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paralímpico Brasileiro.

O JEMG é uma ferramenta pedagógica que valoriza a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens estudantes-atletas do Estado de Minas Gerais, de forma educativa e democrática. É o esporte como instrumento da educação global dos estudantes. O aumento do vínculo estudante-atleta com a escola contribui na diminuição da evasão escolar, além de possibilitar o desenvolvimento de novos talentos esportivos. Por abranger diversas regiões do Estado, o JEMG atua como canal



de integração, sociabilidade e aprendizado dos estudantes-atletas envolvidos nos Jogos. Por intermédio do desporto escolar, auxilia na formação de cidadãos mais críticos e conscientes, estimulando o pleno exercício da cidadania.

O público alvo são estudantes-atletas de 12 a 17 anos, matriculados em escolas da rede pública ou particular. As modalidades a serem disputadas na etapa microrregional serão basquetebol, handebol, futsal, vôleibol e xadrez. As modalidades a serem disputadas na etapa regional serão basquetebol, handebol, futsal, voleibol, xadrez, peteca e vôlei de praia. As modalidades a serem disputadas na etapa estadual serão: atletismo, atletismo PCD, badminton, basquete, bocha, ciclismo, futsal, futebol de 5 (masculino), futebol de 7 (masculino), ginástica artística, ginástica rítmica (feminino), ginástica de trampolim, goalball, handebol, judô, judô PCD, luta olímpica, natação, natação PCD, peteca, tênis de mesa, tênis de mesa PCD, tênis em cadeira de rodas, voleibol, voleibol de praia, voleibol sentado e xadrez, nos naipes masculino e feminino. Em 2016, participaram do evento 34.553 estudantes-atletas, de 1.618 escolas de 623 municípios mineiros. As participações na última edição totalizaram, aproximadamente, 49.150 estudantes-atletas.

A execução do JEMG nas etapas microrregional e regional ocorre no período de março a junho, sendo 56 sedes na fase microrregional e 6 na regional, totalizando 62 execuções. A execução do JEMG na etapa estadual ocorre no período de agosto, sendo realizada em, no máximo, duas sedes.

PRIMEIRA ETAPA – ETAPA MICRORREGIONAL

Esta etapa será executada com disputas realizadas em 47 (quarenta e sete) a 56 (cinquenta e seis) cidades sedes. O número 47 se refere às 47 Superintendências Regionais de Ensino - SRE. Em todas as Superintendências Regionais de Ensino, modelo de descentralização e regionalização da Secretaria de Estado de Educação, serão realizadas competições. Estas SRE gerenciam e monitoram todas as escolas localizadas naquela região e irão auxiliar a Secretaria de Estado de Esportes e a OSCIP no fomento



e organização das competições. O número máximo de 56 execuções está relacionado à necessidade de algumas SRE, devido ao seu grande tamanho geográfico, ser dividida em duas execuções a fim de reduzir as distâncias entre os municípios participantes e as cidades sedes. O número de participantes em cada execução nesta fase é de aproximadamente 600 (seiscentos) estudantes-atletas. Nesta etapa serão disputadas as modalidades de futsal, voleibol, handebol, basquete e xadrez. O objetivo final da Etapa Microrregional é a classificação das equipes campeãs das disputas para a próxima fase, a REGIONAL.

SEGUNDA ETAPA – ETAPA REGIONAL

Esta etapa será executada com disputas realizadas em 06 (seis) cidades sedes. Participam desta Etapa todas as equipes campeãs das modalidades disputadas na Etapa Microrregional. O número de participantes em cada execução nesta fase é de aproximadamente 1.500 (hum mil e quinhentos) estudantes-atletas. Nesta etapa são disputadas as modalidades de basquete, futsal, handebol, peteca, voleibol, voleibol de praia e xadrez. O objetivo final da Etapa Regional é a classificação das equipes campeãs das disputas para a próxima fase, a ESTADUAL.

TERCEIRA ETAPA – ETAPA ESTADUAL

Esta etapa é subdividida em duas execuções conforme segue abaixo:

Execução de Modalidades coletivas

Esta etapa será executada com disputas realizadas em no máximo 01 (uma) cidade sede. Participam desta Etapa todas as equipes campeãs das modalidades disputadas na Etapa Regional. O número de participantes em cada execução nesta fase é de aproximadamente 1.600 (hum mil e seiscentos) estudantes-atletas. O objetivo final da Etapa Estadual é a classificação das equipes campeãs das disputas para a próxima fase,



os Jogos Escolares da Juventude, organizado pelo COB – Comitê Olímpico Brasileiro e CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro.

Execução de Modalidades Individuais e Paralímpicas

Esta etapa será executada com disputas realizadas em 01 (uma) cidade sede, com a participação dos estudantes atletas das modalidades individuais e dos estudantes atletas com deficiência física, visual e intelectual. O número de participantes em cada execução nesta fase é de aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) estudantes-atletas. O objetivo final da Etapa Estadual é a classificação das equipes campeãs das disputas para a próxima fase, as Paralimpíadas Escolares, organizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro- CPB.

QUARTA ETAPA – ETAPA NACIONAL

A etapa Nacional consiste em duas competições conforme descrito abaixo:

Jogos Escolares da Juventude

Foi criado pelo Comitê Olímpico do Brasil em 2005, consistindo na maior competição estudantil do Brasil, reúne jovens de 12 a 14 anos (Módulo I) e de 15 a 17 anos (Módulo II), de escolas públicas e privadas de todo o país, em 14 modalidades: Atletismo, Badminton, Basquetebol, Ciclismo, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Luta Olímpica, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol, Vôlei de Praia e Xadrez.

Paralimpíadas Escolares

Competição destinada aos alunos do gênero masculino e feminino, com deficiência física, visual e intelectual, entre 12 e 17 anos, que estejam regularmente matriculados e frequentando escolas do Ensino Fundamental, Médio ou Especial, da rede pública ou particular do Estado em que estejam representando, nas seguintes modalidades: Atletismo, Bocha, Basquete em cadeira de Rodas, Futebol de 5, Futebol



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

de 7, Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas e Voleibol
Sentado.



ANEXO II DO TERMO DE PARCERIA – PROGRAMA DE TRABALHO

1. OBJETO DO TERMO DE PARCERIA:

Realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG para desenvolver o esporte educacional com o intuito de proporcionar, através da prática esportiva, o aperfeiçoamento de capacidades e habilidades indispensáveis ao processo de formação e de desenvolvimento humano dos estudantes do estado de Minas Gerais, por meio do fomento à prática de modalidades esportivas coletivas e individuais e para atletas com deficiência de diversos municípios.



2. QUADRO DE INDICADORES

Área Temática	Indicador	Unidade de Medida (U.M.)	Metas por Período Administrativo						
			1ª PA Meses 01 a Meses 03	2ª PA Meses 04 a Meses 06	3ª PA Meses 07 a Meses 09	4ª PA Meses 10 a Meses 12	5ª PA Meses 13 a Meses 15	6ª PA Meses 16 a Meses 18	7ª PA Meses 19 a Meses 20
1 MICRORREGIONAL	1.1 Número de atletas participantes na etapa microrregional	33.000	10	33.000	-	-	-	-	33.000
	1.2 Número de municípios participantes na etapa microrregional	700	10	700	-	-	700	-	-
	1.3 Número de parcerias na etapa microrregional		4	28	-	-	28	-	-
2 REGIONAL	2.1 Número de parcerias na etapa regional		3	-	-	-	3	-	-
	2.2 Percentual de satisfação dos envolvidos na etapa regional	80%	2	80%	-	-	-	-	80%
3 ESTADUAL	3.1 Número de atletas participantes- Modalidades coletivas e individuais	4000	10	4500	-	-	-	-	4500
	3.2 Número de municípios participantes	184	10	200	-	-	-	-	200
	3.3 Número de atletas participantes- Modalidades paradesportivas	220		300	-	-	-	-	350
4 NACIONAL	3.4 Número de parcerias por sede estadual		2	2	-	-	-	-	2
	3.5 Percentual de satisfação dos envolvidos na etapa estadual.	80%	2	80%	-	-	-	-	80%
4 NACIONAL	4.1 Percentual de satisfação dos participantes nos Jogos Escolares da Juventude –módulo I	85%	2	87%	-	-	-	-	87%
	4.2 Percentual de satisfação dos participantes nos Jogos Escolares da Juventude – módulo II	85%	2	87%	-	-	-	-	87%

Éverson Ciccariello
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Ações/Programas	Indicador	Valor de Referência	Metas 2013-PA				Meta 2013-PA	Meta 2013-PA	Meta 2013-PA	Meta 2013-PA
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre				
4.3	Percentual de satisfação dos participantes nas Paralelas Escolares	85%	2	-	87%	-	-	-	-	87%
5.1	Número de visitas no sítio eletrônico do JEMG	210.000	5	150.000	185.000	210.000	230.000	350.000	375.000	400.000
5.2	Número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos cuja abrangência seja estadual, nacional ou internacional.	140	4	20	60	140	140	160	200	300
5.3	Número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos cuja abrangência seja municipal ou regional	780	4	270	540	780	780	1050	1300	1400
5.4	Número de seguidores do JEMG nas mídias sociais:	51.000	4	46.500	47.000	48.000	48.500	49.000	49.500	51.000
6.1	Número de escolas participantes no JEMG	1800	8	-	-	1850	-	-	-	1900
6.2	Percentual de municípios participantes em relação aos inscritos	80%	4	-	-	80%	-	-	-	80%
7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	N/A	3	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
7.2	Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria	N/A	3	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

[Handwritten signature]

Everton Ciccarini
Presidente



3. ATRIBUTOS DOS INDICADORES

ÁREA TEMÁTICA 1: MICRORREGIONAL

Compete a área temática 1: Microrregional os indicadores referentes à primeira etapa dos Jogos Escolares de Minas Gerais sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Esportes – SEESP e Secretaria de Estado de Educação - SEE.

Os indicadores buscam mensurar a dimensão da etapa Microrregional da competição, analisando a abrangência da política pública. Para a execução desta etapa dos Jogos caberá à OSCIP elaborar, com base nas diretrizes da SEESP e SEE, o regulamento geral e os regulamentos específicos das modalidades coletivas e de xadrez, o sistema de disputa, o projeto de sediamiento, fomentando cidades-sede e o calendário do JEMG; fomentar a participação dos municípios no JEMG bem como coordenar o processo de inscrições; realizar vistorias e reuniões técnicas em todas as cidades sedes, encaminhando relatório à SEESP e SEE; elaborar e encaminhar “releases” e atualizações dos sítios eletrônicos e redes sociais; fomentar a execução das etapas seletivas municipais para o JEMG; disponibilizar à SEESP e SEE, quadro com escala de trabalho e responsabilidades da equipe designada para cada sede do JEMG.

Indicador 1.1 - Número de atletas participantes na etapa microrregional

Descrição: O indicador irá mensurar o número de estudantes-atletas que participarem da etapa Microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades, módulos e cidades-sede. Cada estudante-atleta será considerado apenas uma vez para fins de cálculos independentemente do número de modalidades que o mesmo participe. É necessário medir o número de estudantes-atletas participantes para computar o cenário macro da realização dos jogos, identificando a dimensão do projeto e as oportunidades geradas para os mesmos.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de estudantes participantes da etapa microrregional do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG, após lançamento das súmulas da fase Microrregional no sistema

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 1.2- Número de municípios participantes na etapa microrregional

Descrição: Os Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG têm como objetivo o desenvolvimento e ampliação do esporte educacional em Minas Gerais. Este indicador serve para medir a quantidade de municípios participantes da competição e assim, a manutenção da qualidade e da abrangência regional dos jogos no interior do Estado. O indicador irá mensurar o número de municípios que participar da etapa Microrregional do JEMG em todas as modalidades, módulos e cidades-sede.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de municípios participantes da etapa microrregional do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.



Fonte de Comprovação: Boletins dos Jogos.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

1.3 Número de parcerias na etapa microrregional

Descrição: A OSCIP deverá firmar parcerias com o objetivo de agregar valor ao evento, possibilitando melhorias no atendimento médico e condições de segurança dos locais de competição e alojamentos. Uma mesma parceria pode ser contabilizada em mais de um período avaliatório, desde que o objeto da parceria corresponda a mais de uma etapa. Não serão consideradas mais de uma parceria por objeto, considerando cada sede de etapa.

Atendimento Médico	Parceria com clínicas e hospitais, instituição de ensino e Secretária Municipal de Saúde, tendo em vista potencializar o suporte médico/fisioterápico nos locais de competição e alojamentos.
Segurança	Parceria com Secretaria Municipal de Segurança (e suas derivações), forças policiais e empresas ligadas à vigilância e segurança, tendo em vista potencializar a seguridade dos locais de competição e alojamentos.

O indicador irá mensurar o número de parcerias que a entidade organizadora (OSCIP) conseguir firmar para melhorar a execução da etapa Microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG. Cabe ressaltar que estas parcerias visam apenas incrementar a execução dos Jogos, não eximindo a OSCIP de nenhuma de suas obrigações para a execução mínima satisfatória do JEMG.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de parcerias realizadas para execução da etapa microrregional do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Contrato ou termo de compromisso assinado pela OSCIP e pelo responsável pelo serviço da entidade parceira.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

ÁREA TEMÁTICA 2: REGIONAL

Compete à Área Temática 2: Regional os indicadores relativos à segunda etapa dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, denominada Etapa Regional, que acontece em 6 municípios de diversos territórios do Estado.

Os indicadores buscam mensurar a qualidade da execução da Etapa, avaliando as parcerias firmadas e a satisfação dos envolvidos com o evento. Para a execução desta etapa dos Jogos caberá à OSCIP fomentar os municípios a serem cidade-sede; realizar vistorias e reuniões técnicas em todas as cidades sedes, encaminhando relatório à SEE/SP e SEE; elaborar e encaminhar "releases" e atualizações dos sites eletrônicos e redes sociais; disponibilizar à SEE/SP e SEE, quadro com escala de trabalho e responsabilidades da equipe designada para cada sede do JEMG.



Indicador 2.1 - Número de parcerias na etapa regional

Descrição: A OSCIP deverá firmar parcerias com o objetivo de agregar valor ao evento, possibilitando melhorias no atendimento médico e condições de segurança dos locais de competição e alojamentos. Uma mesma parceria pode ser contabilizada em mais de um período avaliatório, desde que o objeto da parceria corresponda a mais de uma etapa. Não serão consideradas mais de uma parceria por objeto, considerando cada sede de etapa.

Atendimento Médico	Parceria com clínicas e hospitais privados, instituição de ensino e Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista potencializar o suporte médico/fisioterápico nos locais de competição e alojamentos.
Segurança	Parceria com Secretaria Municipal de Segurança (e suas derivações), forças policiais e empresas ligadas à vigilância e segurança, tendo em vista potencializar a seguridade dos locais de competição e alojamentos.

O indicador irá mensurar o número de parcerias que a entidade organizadora (OSCIP) conseguir firmar para melhorar a execução da etapa Regional dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG. Cabe ressaltar que estas parcerias visam apenas incrementar a execução dos Jogos, não eximindo a OSCIP de nenhuma de suas obrigações para a execução mínima satisfatória do JEMG.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de parcerias realizadas para execução da etapa Regional do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Contrato ou termo de compromisso assinado pela OSCIP e pelo responsável pelo serviço da entidade parceira.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 2.2- Percentual de satisfação dos envolvidos na etapa Regional

Descrição: A SEESP irá realizar pesquisa para mensurar os níveis de satisfação dos estudantes-atletas, professores/treinadores e árbitros que participarem da etapa Regional dos Jogos Escolares de Minas Gerais-JEMG. A pesquisa conterà no mínimo os seguintes critérios: estrutura de alojamento, higiene do alojamento, estrutura dos locais de competição, segurança, pontualidade dos jogos, qualidade dos materiais esportivos e atendimento médico. Será atribuída para cada formulário uma pontuação, que será a média das respostas dadas.

Fórmula de Cálculo: ((Somatório das pontuações dos formulários respondidos na etapa Regional/ (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos na etapa Regional)) x 100.

Unidade de Medida: Percentual.

Fonte de Comprovação: Relatório da pesquisa realizada durante a etapa regional do JEMG e questionários respondidos pelos entrevistados.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.



ÁREA TEMÁTICA 3: ESTADUAL

Compete à Área Temática 3: Estadual os indicadores referentes à etapa final dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG.

Nesta etapa, acontecerão as finais dos esportes coletivos, com a participação das escolas campeãs nas 6 regionais e os 4 primeiros do xadrez, em cada módulo e naipes. Acontecem também as competições das modalidades individuais e paralímpicas. Os indicadores buscam medir não apenas a qualidade do evento, mas também sua dimensão e abrangência. Para a execução desta etapa dos Jogos caberá à OSCIP fomentar os municípios a serem cidade-sede; realizar vistorias e reuniões técnicas em todas as cidades sedes, encaminhando relatório à SEESP e SEE; elaborar e encaminhar “releases” e atualizações dos sítios eletrônicos e redes sociais; disponibilizar à SEESP e SEE, quadro com escala de trabalho e responsabilidades da equipe designada para cada sede do JEMG.

Indicador 3.1 - Número de atletas participantes na etapa estadual- Modalidades coletivas e individuais

Descrição: O indicador irá mensurar o número de estudantes-atletas que participarem da etapa Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades, módulos e cidades-sede. Cada estudante-atleta será considerado apenas uma vez para fins de cálculos independentemente do número de modalidades que o mesmo participe. É necessário medir o número de estudantes-atletas participantes para computar o cenário macro da realização dos jogos, identificando a dimensão do projeto e as oportunidades geradas para os mesmos.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de estudantes participantes da etapa estadual do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG, após lançamento das súmulas da Fase Estadual no sistema.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 3.2 - Número de municípios participantes

Descrição: Os Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG têm como objetivo o desenvolvimento e ampliação do esporte educacional em Minas Gerais. Este indicador serve para medir a quantidade de municípios participantes da competição e assim, a manutenção da qualidade e da abrangência regional dos jogos no interior do Estado. O indicador irá mensurar o número de municípios que participar na etapa Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades (coletivas e individuais) e módulos.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de municípios participantes da etapa estadual do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Relatório emitido pelo sistema de gerenciamento do JEMG e Boletim dos Jogos.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 3.3 - Número de atletas participantes na etapa estadual – Modalidades Paralímpicas

Descrição: A OSCIP deverá realizar ações que garantam um aumento do número de atletas com deficiência que disputam o JEMG. O objetivo deve ser o de ampliar a inserção deste público nos Jogos, fortalecendo o paradesporto escolar no estado. O indicador irá calcular o número de estudantes-atletas que participarem dos



Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades paralímpicas, em todos os módulos e cidades-sede do evento. Cada estudante-atleta será considerado apenas uma vez para fins de cálculos independentemente do número de modalidades que o mesmo participe.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de todos os atletas das modalidades paralímpicas do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: sistema de gerenciamento do JEMG e súmulas dos jogos.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 3.4 - Número de parcerias por sede estadual

Descrição: A OSCIP deverá firmar parcerias com o objetivo de agregar valor ao evento, possibilitando melhorias no atendimento médico e condições de segurança dos locais de competição e alojamentos. Uma mesma parceria pode ser contabilizada em mais de um período avaliatório, desde que o objeto da parceria corresponda a mais de uma etapa. Não serão consideradas mais de uma parceria por objeto, considerando cada sede de etapa.

Atendimento Médico	Parceria com clínicas e hospitais privados, instituição de ensino e Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista potencializar o suporte médico/fisioterápico nos locais de competição e alojamentos.
Segurança	Parceria com Secretaria Municipal de Segurança (e suas derivações), forças policiais e empresas ligadas à vigilância e segurança, tendo em vista potencializar a segurança dos locais de competição e alojamentos.

O indicador irá mensurar o número de parcerias que a entidade organizadora (OSCIP) conseguir firmar para melhorar a execução da etapa Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG. Cabe ressaltar que estas parcerias visam apenas incrementar a execução dos Jogos, não eximindo a OSCIP de nenhuma de suas obrigações para a execução mínima satisfatória do JEMG.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de parcerias realizadas na etapa Estadual do JEMG dividido pelo número de sedes.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Contrato ou termo de compromisso assinado pela OSCIP e pelo responsável pelo serviço da entidade parceira.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 3.5 - Percentual de satisfação dos envolvidos na etapa estadual

Descrição: A SEESP irá realizar pesquisa para mensurar os níveis de satisfação dos estudantes-atletas, professores/treinadores e árbitros que participarem da etapa Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG. A pesquisa conterá no mínimo os seguintes critérios: estrutura de alojamento, higiene do alojamento,



estrutura dos locais de competição, segurança, pontualidade dos jogos, qualidade dos materiais esportivos e atendimento médico. Será atribuída para cada formulário uma pontuação, que será a média das respostas dadas.

Fórmula de Cálculo: $((\text{Somatório das pontuações dos formulários respondidos na etapa Estadual} / (\text{Pontuação total do formulário} \times \text{Número de formulários respondidos na etapa Estadual})) \times 100.$

Unidade de Medida: Percentual.

Fonte de Comprovação: Relatório da pesquisa realizada durante a etapa Estadual do JEMG e formulários respondidos pelos entrevistados.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): $(\text{Resultado/meta}) \times 10.$

ÁREA TEMÁTICA 4: NACIONAL

Compete à Área Temática 4: Nacional os indicadores referentes aos Jogos Escolares da Juventude – JEJ, maior evento esportivo estudantil do Brasil, e às Paralimpíadas Escolares, maior evento paralímpico escolar nacional. Os indicadores buscam mensurar o grau de satisfação dos atletas e técnicos vencedores dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG que representaram o estado nas competições estudantis nacionais. Todo o planejamento e execução relacionados à logística de participação das equipes campeãs mineiras nos Jogos Escolares de Juventude e nas Paralimpíadas Escolares é de responsabilidade da Entidade parceira, tais como: traslado dos atletas de suas cidades para Belo Horizonte (quando for o caso de voo doméstico partindo de Belo Horizonte); hospedagem dos atletas do interior do Estado em Belo Horizonte (quando for o caso de voo doméstico partindo de Belo Horizonte); hospedagem dos atletas eliminados na primeira fase da etapa nacional; aquisição de passagens aéreas para estudantes-atleta, técnicos e coordenadores da entidade que compõem a delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares; aquisição de passagens terrestres, locações de ônibus, micro-ônibus ou van, alimentação dos estudantes-atletas e técnicos durante o traslado de sua cidade até o momento de partida do voo, contratação de mão de obra especializada para o atendimento médico/fisioterápico e cobertura jornalística para a delegação de Minas Gerais. Todas as despesas com hospedagem, traslados internos e alimentação durante os Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares são de responsabilidade dos Comitês Organizadores – COB ou CPB.

Indicador 4.1 - Percentual de satisfação dos participantes nos Jogos Escolares da Juventude – módulo I

Descrição: A SEESP irá realizar pesquisa para mensurar os níveis de satisfação dos estudantes-atletas e professores/treinadores que participarem da etapa dos Jogos Escolares da Juventude – módulo I. A pesquisa deverá conter no mínimo os seguintes critérios: Comunicação/Coordenação, Logística, Alimentação do Traslado. Após compilar os dados obtidos nesse questionário, será calculado o percentual de avaliações positivas que o evento receber, sendo este portanto o indicador de “percentual de satisfação”. Será atribuída para cada formulário uma pontuação, que será a média das respostas dadas.

Fórmula de Cálculo: $((\text{Somatório das pontuações dos formulários respondidos nos Jogos Escolares da Juventude – módulo I} / (\text{Pontuação total do formulário} \times \text{Número de formulários respondidos nos Jogos Escolares da Juventude – módulo I})) \times 100.$

Unidade de Medida: Percentual.



Fonte de Comprovação: Pesquisa realizada durante a realização dos Jogos Escolares da Juventude – módulo I e questionários respondidos pelos entrevistados.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10

Indicador 4.2 - Percentual de satisfação dos participantes nos Jogos Escolares da Juventude – módulo II

Descrição: A SEESP irá realizar pesquisa para mensurar os níveis de satisfação dos estudantes-atletas e professores/treinadores que participarem da etapa dos Jogos Escolares da Juventude – módulo II. A pesquisa deverá conter no mínimo os seguintes critérios: Comunicação/Coordenação, Logística, Alimentação do Traslado. Após compilar os dados obtidos nesse questionário, será calculado o percentual de avaliações positivas que o evento receber, sendo este portanto o indicador de “percentual de satisfação”. Será atribuída para cada formulário uma pontuação, que será a média das respostas dadas.

Fórmula de Cálculo: ((Somatório das pontuações dos formulários respondidos nos Jogos Escolares da Juventude – módulo II / (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos nos Jogos Escolares da Juventude – módulo II)) x 100.

Unidade de Medida: Percentual.

Fonte de Comprovação: Pesquisa realizada durante a realização dos Jogos Escolares da Juventude – módulo II e questionários respondidos pelos entrevistados.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 4.3 - Percentual de satisfação dos participantes nas Paralimpíadas Escolares

Descrição: A SEESP irá realizar pesquisa para mensurar os níveis de satisfação dos estudantes-atletas e professores/treinadores que participarem das Paralimpíadas Escolares. A pesquisa deverá conter no mínimo os seguintes critérios: Comunicação/Coordenação, Logística, Alimentação do Traslado.

Após compilar os dados obtidos nesse questionário, será calculado o percentual de avaliações positivas que o evento receber, sendo este portanto o indicador de “percentual de satisfação”. Será atribuída para cada formulário uma pontuação, que será a média das respostas dadas.

Fórmula de Cálculo: ((Somatório das pontuações dos formulários respondidos nas Paralimpíadas Escolares / (Pontuação total do formulário x Número de formulários respondidos nas Paralimpíadas Escolares)) x 100.

Unidade de Medida: Percentual.

Fonte de Comprovação: Pesquisa realizada durante a realização das Paralimpíadas Escolares e questionários respondidos pelos entrevistados.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10

ÁREA TEMÁTICA 5: COMUNICAÇÃO

Compete à Área Temática 5: Comunicação os indicadores referentes às mídias sociais oficiais dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, à relação com a imprensa local, estadual e nacional, bem como à comunicação oficial dos Jogos. A comunicação do JEMG tem como principal objetivo ampliar o conhecimento



e divulgação dos Jogos, melhorando a visibilidade e atratividade do evento, e consequentemente gerando maior retorno de exposição aos possíveis patrocinadores.

Indicador 5.1 - Número de visitas no sítio eletrônico do JEMG

Descrição: A principal ferramenta da comunicação dos Jogos deve ser o seu sítio eletrônico. Compete à OSCIP divulgar o site dos Jogos e criar mecanismos de interação que estimulem o público-alvo do JEMG a navegar com maior frequência na página oficial.

O indicador irá contabilizar o número acumulado de visitas que o sítio eletrônico www.jogosescolares.esportes.mg.gov.br obtiver ao longo do Termo de Parceria.

Fórmula de Cálculo: Número acumulado de visitas no sítio eletrônico do JEMG.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de comprovação: Relatório Google analytics.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 5.2 - Número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos cuja abrangência seja estadual, nacional ou internacional

Descrição: A OSCIP deve buscar, por meio do trabalho de assessoria de imprensa e relações públicas, inserir veiculações espontâneas do JEMG em mídia impressa, televisiva, radio difusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos, cuja abrangência seja estadual, nacional ou internacional. O objetivo é ampliar o conhecimento e divulgação dos Jogos para o público mineiro e brasileiro, melhorando a visibilidade e atratividade do evento, e consequentemente gerando maior retorno de exposição aos possíveis patrocinadores. No caso de sites, a abrangência será avaliada tendo em vista o seu público-alvo. A OSCIP deverá encaminhar à SEESP releases e informativos digitais pré e pós execução em cada sede de cada etapa do JEMG, 5 dias antes do início da execução da etapa e 5 dias após o término da execução da etapa. A OSCIP deverá enviar à SEESP releases diários durante a execução das etapas nacionais. Os modelos de releases precisam ser validados pela SEESP. O indicador irá mensurar o número de inserções relativas aos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, ou da participação de atletas mineiros no Jogos Escolares da Juventude ou nas Paralimpíadas Escolares geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos cuja abrangência seja estadual, nacional ou internacional, ao longo do Termo do Termo de Parceria.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de inserções de abrangência estadual, nacional ou internacional.

Unidade de Medida: Número acumulado de inserções.

Fonte de comprovação: Cópia das publicações.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 5.3 - Número de inserções geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos cuja abrangência seja municipal ou regional

Descrição: A OSCIP deve buscar, por meio do trabalho de assessoria de imprensa e relações públicas, inserir veiculações espontâneas do JEMG em mídia impressa, televisiva, radio difusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos, cuja abrangência seja municipal ou regional. O objetivo é ampliar o conhecimento e divulgação dos Jogos para o público local, melhorando a visibilidade e atratividade do evento, e consequentemente gerando maior retorno de exposição aos possíveis patrocinadores. No caso de sites, a



abrangência será avaliada tendo em vista o seu público-alvo. A OSCIP deverá encaminhar à SEESP releases e informativos digitais pré e pós execução em cada sede de cada etapa do JEMG, 5 dias antes do início da execução da etapa e 5 dias após o término da execução da etapa. A OSCIP deverá enviar à SEESP releases diários durante a execução das etapas nacionais. Os modelos de releases precisam ser validados pela SEESP. O indicador irá mensurar o número de inserções relativas aos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, ou da participação de atletas mineiros no Jogos Escolares da Juventude ou nas Paralimpíadas Escolares geradas por mídia espontânea impressa, televisiva, radiodifusora e digital em sítios eletrônicos, cadernos ou veículos cuja abrangência seja municipal ou regional, ao longo do Termo de Parceria.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de inserções de abrangência municipal ou regional.

Unidade de Medida: Número acumulado de inserções

Fonte de comprovação: Cópia das publicações.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 5.4 - Número de seguidores nas mídias sociais

Descrição: As mídias sociais devem possuir importância crescente enquanto ferramenta de comunicação dos Jogos, principalmente pelo fato de o público-alvo ser jovem e estar diretamente envolvido com novas tecnologias. Compete à OSCIP divulgar os Jogos por meio dos canais eletrônicos e criar mecanismos de interação que estimulem o público-alvo a se tornar seguidor do JEMG.

O indicador irá contabilizar o número de “seguidores” do perfil do twitter @JEMG_oficial (https://twitter.com/JEMG_oficial) e o número de “curtidas” da fanpage oficial do Facebook @oficial.JEMG (<https://www.facebook.com/oficial.JEMG/?fref=ts>). Esses valores serão somados e contabilizados de maneira conjunta, independente de uma mesma pessoa ter “curtido” a fanpage e ser “seguidora” do perfil simultaneamente.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de seguidores.

Unidade de Medida: Número Absoluto.

Fonte de comprovação: Print das telas com data e número de seguidores/curtidas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

ÁREA TEMÁTICA 6: NÚMERO TOTAL DOS JOGOS

Compete à Área Temática 6: Número Total dos Jogos os indicadores que compilam informações das etapas Microrregional, Regional e Estadual, compreendendo a totalidade dos eventos sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Esportes – SEESP e da Secretaria de Estado de Educação - SEE. Para melhor avaliar o sucesso do evento de maneira geral algumas informações sem a distinção das etapas é de extrema relevância, envolvendo indicadores que tratem da dimensão do evento, sua abrangência, efetividade das inscrições e o caráter educacional dos jogos.

Indicador 6.1 - Número de escolas participantes no JEMG

Descrição: O indicador irá calcular o número de escolas que participar das etapas Microrregional, Regional e Estadual dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades, módulos e cidades-sede. Será considerado “escola participante” aquela que tiver alguma equipe de modalidade coletiva ou atleta de



modalidade individual comprovadamente participante de alguma etapa do evento por meio das súmulas. Cada escola será considerada apenas uma vez independente do número de equipes, atletas, modalidades e etapas que a mesma dispute.

Fórmula de Cálculo: Soma do número de escolas participantes no JEMG, considerando as etapas microrregional, regional e estadual.

Unidade de Medida: Número absoluto.

Fonte de Comprovação: Sistema de gerenciamento do JEMG, boletins e súmulas.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

Indicador 6.2 - Percentual de municípios participantes em relação aos inscritos

Descrição: O indicador busca medir a efetividade do número de municípios inscritos, mensurando o percentual de municípios participantes dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG em todas as modalidades, módulos, etapas e cidades-sede. O objetivo é fomentar não somente um aumento no número de municípios inscritos mas principalmente um aumento no número de municípios participantes, buscando que após a inscrição os municípios não desistam de sua participação no JEMG.

Fórmula de Cálculo: (Nº de municípios participantes / Nº de municípios inscritos) x 100.

Unidade de Medida: Percentual.

Fonte de Comprovação: Sistema de gerenciamento do JEMG e boletins dos jogos.

Polaridade: maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (Resultado/meta) x 10.

ÁREA TEMÁTICA 7 - GESTÃO DA ENTIDADE PARCEIRA

Indicador 7.1 - Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Termo de Parceria é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Termo de Parceria.

O Regulamento de Compras e Contratações - RCC de cada OSCIP que possui Termo de Parceria deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O RCC estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos



de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.

Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.

Fórmula de Cálculo: (Número de processos analisados na checagem amostral que cumpriram os requisitos do RCC e do Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso/ Número de processos analisados na checagem amostral) x 100

Unidade de medida: Percentual

Fonte de Comprovação: Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Termo de Parceria em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.

Polaridade: Maior melhor

Cálculo de desempenho (CD): Conforme quadro a seguir:

% de Execução	Nota
100%	10
de 90% a 99,99%	8
de 80% a 89,99%	6
de 0% a 79,99%	0

Indicador 7.2 - Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria

Descrição: O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OSCIP na condução das atividades de monitoramento do Termo de Parceria durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, do Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012, que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OSCIP e sobre a celebração de Termo de Parceria entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Termo de Parceria. O quadro de ações será acompanhado pela equipe técnica do Núcleo Central de Parcerias com OSCIPS da SEPLAG, ao final de cada período avaliatório do Termo de Parceria, de acordo com os itens que se aplicarem a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

cada período avaliatório em questão. Serão consideradas as seguintes ações para apuração do resultado deste indicador:

	Ação	Fonte de comprovação	Prazo	Responsável
1	Publicar, na Imprensa Oficial, ato do Dirigente Máximo do OEP instituindo a Comissão de Avaliação – CA.	Página da Publicação.	Até 30 dias após a assinatura do TP ou sempre que houver alteração de algum membro.	OEP
2	Manter atualizada a Comissão Supervisora do Termo de Parceria.	Termo de Parceria / Termo(s) de Apostila.	Até 5 dias úteis antes da reunião da Comissão de Avaliação, sempre que houver alteração de algum membro.	OEP
3	Manter atualizada a indicação de um servidor da unidade administrativa de Assessoria Jurídica (ou equivalente) e outro de Contabilidade e Finanças (ou equivalente) para assessoramento da Comissão Supervisora.	Página da Publicação.	Sempre que houver alteração de algum dos auxiliares.	OEP
4	Disponibilizar o Termo de Parceria (e respectivos Termos Aditivos) devidamente assinado nos sítios eletrônicos do OEP e da OSCIP.	E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônicos.	Até 15 dias após a assinatura do TP ou TA.	OEP e OSCIP
5	Disponibilizar, no sítio eletrônico da OSCIP, o certificado de qualificação como OSCIP Estadual e os documentos exigidos pelo Art. 61 do Decreto Estadual nº 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação.	E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas do sítio eletrônico.	Até 15 dias após a assinatura do TP ou TA.	OSCIP
6	Disponibilizar, no sítio eletrônico da OSCIP, o Regulamento de Compras e Contratações e o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso.	E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas do sítio eletrônico.	Até 30 dias após a assinatura do TP. No caso de alteração dos documentos, até 15 dias após sua aprovação pelo OEP e SEPLAG.	OSCIP
7	Encaminhar ao supervisor do TP, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	Cópia digitalizada do ofício de encaminhamento, contendo confirmação de recebimento ou	RGF: Até 10 dias após o final do período avaliatório. RGR: Até 15 dias após o final do período avaliatório.	OSCIP



	Ação	Fonte de comprovação	Prazo	Responsável
		SIGED/Protocolo.		
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente analisados e assinados.	Cópia digitalizada do ofício de encaminhamento, contendo confirmação de recebimento ou SIGED/Protocolo.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	OEP
9	Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s) e apresentando-o(s) aos membros da CA.	Relatórios de Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade, (este se for o caso).	Até o dia 20 de cada mês previsto no Cronograma de Avaliação para realização da reunião da Comissão de Avaliação.	OEP
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Termo de Parceria – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Termo de Parceria.	Relatórios da Comissão de Avaliação.	Cronograma de Avaliação previsto no Termo de Parceria.	OEP
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OSCIP.	E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônicos.	Até 15 dias após a assinatura do Relatório da Comissão de Avaliação.	OEP e OSCIP
12	Disponibilizar os Relatórios da Comissão de Avaliação, devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OSCIP.	E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônico.	Até 15 dias após a assinatura do documento.	OEP e OSCIP
13	Realizar reunião com os Dirigentes Máximos do OEP e OEI, Dirigente da OSCIP e representante da SEPLAG, para reportar informações relevantes acerca da execução do Termo de Parceria e emitidas pela Comissão de Avaliação do Termo de Parceria.	Lista de presença da reunião.	Semestralmente	OEP



	Ação	Fonte de comprovação	Prazo	Responsável
14	Nota Técnica do OEP fundamentando o interesse ou não de celebração de Termo Aditivo ao Termo de Parceria.	Ofício do Dirigente Máximo do OEP.	Antecedência de 2 meses do encerramento da vigência do OEP.	OEP

Fórmula de Cálculo: $(\sum \text{do número de ações previstas para o período avaliatório realizadas no prazo} / \sum \text{do número de ações previstas para o período avaliatório}) \times 100$

Unidade de medida: Percentual

Fonte de Comprovação: Fonte de comprovação prevista, no quadro acima, para a cada ação e documento consolidado pelo NCPO/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.

Polaridade: Maior melhor

Cálculo de desempenho (CD): $(\text{realizado}/\text{meta}) \times 100$



4. QUADRO DE PRODUTOS

Área/etapa do produto	Peso (kg)	2018		2019	
		Período Início	Período Fim	Período Início	Período Fim
1 Planejamento e Execução JEMG	7	Mês 01	Mês 01	Mês 12	Mês 13
	5	Mês 01	Mês 01	Mês 12	Mês 13
	7	Mês 01	Mês 01	Mês 12	Mês 13
	5	Mês 03	Mês 04	Mês 15	Mês 16
	7	Mês 05	Mês 06	Mês 17	Mês 18
1.1	Entregar tabela de controle de produtos com sedes e datas previstas				4º
1.2	Entregar calendário atualizado com as datas previstas para o exercício				4º
1.3	Reformular os Regulamentos geral e específicos das modalidades coletivas e xadrez, encaminhando versão para aprovação da SEESP.				4º
1.4	Reformular regulamentos específicos das modalidades paralímpicas e individuais, encaminhando versão para aprovação da SEESP				5º
1.5	Entregar relatório completo da etapa Microrregional				6º



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Área Temática	Produto	Resumo	2018		2019		Período Avaliatório					
			Início	Termino	Início	Termino						
1.6	Entregar relatório completo da etapa Regional	7	Mês 06	Mês 07	2º	Mês 18	6º					
								7	Mês 07	3º	Mês 19	7º
2.1	Elaborar e entregar o plano de comunicação do JEMG.	10	Mês 01	Mês 01	1º	Mês 13	4º					
								2.2	Entregar relatório de execução do plano de comunicação do JEMG	10	Mês 10	Mês 11
2.3	Entregar relatório comprovando realização de presstrip na etapa estadual do JEMG.	7	Mês 08	Mês 09	3º	Mês 20	7º					
								3	Melhores do ano	7	Mês 02	Mês 03
3.1	Entregar relatório com os critérios de seleção dos premiados no "Melhores do Ano".	7	Mês 02	Mês 03	1º	Mês 14	5º					


 Eversson Ciccarini
 Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Área Temática	Produto	Peso	2019		2019		Período Avaliatório
			Início	Termino	Início	Termino	
4 Etapas nacionais das competições escolares	3.2	7	Mês 07	Mês 08	Mês 19	Mês 20	7º
	4.1	3	Mês 05	Mês 06	Mês 17	Mês 18	6º
	4.2	3	Mês 06	Mês 07	Mês 18	Mês 19	6º
	4.3	3	Mês 05	Mês 06	Mês 17	Mês 18	6º



5. ATRIBUTOS DOS PRODUTOS

ÁREA TEMÁTICA 1: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO JEMG

1.1 Tabela de controle de produtos com sedes e datas previstas

Descrição: Tabela de controle de produtos com sedes e datas previstas, conforme modelo a ser disponibilizado pela SEESP.

Critério de Aceitação: Tabela encaminhada por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido e conforme o modelo disponibilizado pela SEESP.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

1.2 Calendário anual atualizado

Descrição: Calendário de execução do JEMG para o exercício atualizado, conforme modelo a ser disponibilizado pela SEESP.

Critério de Aceitação: Calendário encaminhado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido e conforme o modelo disponibilizado pela SEESP.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

1.3 Regulamentos geral e específicos das modalidades coletivas e xadrez

Descrição: Proposta de Regulamento Geral e Regulamentos Específicos por modalidade. A SEESP irá encaminhar para a OSCIP os regulamentos do ano anterior e passar as diretrizes para reformulação. A OSCIP deverá encaminhar para SEESP e SEE o Regulamento Geral e os Regulamentos Específicos para validação e oficialização dos mesmos.

Critério de Aceitação: A Proposta de Regulamento Geral e os Regulamentos Específicos das modalidades coletivas e de xadrez deverão ser enviados por e-mail à SEESP e SEE até a data estipulada pela SEESP, conforme modelo definido pela SEESP.


Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP com o documento.

1.4 Regulamentos específicos das modalidades individuais e paralímpicas

Descrição: Proposta de Regulamentos Específicos por modalidade individuais e paralímpicas. A SEESP irá encaminhar para a OSCIP o regulamento do ano anterior e passar as diretrizes para reformulação. A OSCIP deverá encaminhar para SEESP e SEE os Regulamentos Específicos das modalidades paralímpicas para validação e oficialização dos mesmos.

Critério de Aceitação: Os Regulamentos Específicos das modalidades individuais e das modalidades paralímpicas deverão ser enviados por email à SEESP e SEE até a data estipulada pela SEESP, conforme modelo definido pela SEESP.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento


Everson Ciccarini
Presidente



1.5 Relatório da etapa Microrregional

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa microrregional do JEMG.

Critério de Aceitação: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa microrregional do JEMG, enviado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado. O relatório deverá comprovar a publicação no sítio eletrônico do JEMG dos boletins diários dos jogos em cada sede da etapa Microrregional. Os boletins devem consolidar os resultados, divulgar lista de recursos e outras informações relevantes dos jogos.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

1.6 Relatório da etapa Regional

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa regional do JEMG.

Critério de Aceitação: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa regional do JEMG, enviado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado. O relatório deverá comprovar a publicação no sítio eletrônico do JEMG dos boletins diários dos jogos em cada sede da etapa Regional. Os boletins devem consolidar os resultados, divulgar lista de recursos e outras informações relevantes dos jogos.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

1.7 Relatório da etapa estadual

Descrição: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa estadual do JEMG.

Critério de Aceitação: Relatório contendo informações sobre a execução da etapa estadual do JEMG, enviado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado. O relatório deverá comprovar a publicação no sítio eletrônico do JEMG dos boletins diários dos jogos em cada sede da etapa Microrregional. Os boletins devem consolidar os resultados, divulgar lista de recursos e outras informações relevantes dos jogos.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

1.8 Plano de Procedimento Padrão da Coordenação

Descrição: Plano de Procedimento Padrão que descreva as funções e procedimentos de rotina de cada executor durante os Jogos.

Critério de Aceitação: Plano de Procedimento Padrão que descreva as funções e procedimentos de rotina de cada executor durante os Jogos, enviado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado.



Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

ÁREA TEMÁTICA 2: COMUNICAÇÃO

2.1 Plano de Comunicação do JEMG

Descrição: Plano de Comunicação do JEMG para o ano de exercício.

Critério de Aceitação: Plano de Comunicação do JEMG para o ano de exercício, enviado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido, para validação.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

2.2 Relatório de execução do Plano de Comunicação do JEMG

Descrição: Relatório com informações sobre a execução do Plano de Comunicação do JEMG no ano.

Critério de Aceitação: Relatório com informações sobre a execução do Plano de Comunicação do JEMG no ano, enviado por e-mail à SEESP e SEE dentro do prazo estabelecido.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

2.3 Presstrip da etapa estadual realizado

Descrição: Realizar presstrip da etapa estadual. Devem ser convidados jornalistas de veículos de abrangência estadual ou nacional, de fora da cidade sede da etapa estadual, para cobertura de imprensa.

Critério de Aceitação: O relatório da ação deverá ser entregue no prazo estabelecido, descrevendo as atividades desenvolvidas pelos jornalistas durante a etapa dos Jogos, incluindo fotos e uma avaliação da ação.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

ÁREA TEMÁTICA 3: MELHORES DO ANO

O evento "Melhores do Ano" premia atletas, técnicos e entidades que se destacaram nos programas esportivos do Governo de Minas Gerais no decorrer de ano. Além de premiações, o evento presta homenagens aos profissionais de comunicação, membros da sociedade civil e autoridades públicas que contribuíram com o fomento e a visibilidade do esporte mineiro.

As responsabilidades da OSCIP com relação a este evento estão ligadas aos critérios de premiação e lista de premiados apenas dos Jogos Escolares de Minas Gerais.



3.1 Proposta de critérios para premiação do "Melhores do Ano"

Descrição: Proposta de critérios para premiação dos "Melhores do Ano" no âmbito dos JEMG.

Critério de Aceitação: Proposta de critérios para premiação dos "Melhores do Ano" no âmbito dos JEMG enviada à SEESP no prazo estabelecido, de acordo com diretrizes que serão repassadas pela SEESP e SEE.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

3.2 Lista dos ganhadores do "Melhores do Ano"

Descrição: Lista com estudantes/atletas e técnicos participantes do JEMG que serão premiados no evento "Melhores do Ano", a ser realizado pela SEESP.

Critério de Aceitação: Lista com estudantes/atletas e técnicos participantes do JEMG que serão premiados no evento "Melhores do Ano", a ser realizado pela SEESP, de acordo com critérios validados anteriormente.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

ÁREA TEMÁTICA 4: NACIONAL

4.1 Plano de ação – Módulo I

Descrição: Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude - Módulo I.

Critério de Aceitação: Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude - Módulo I, enviado dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado pela SEESP. O Plano de Ação deverá compreender, no mínimo, as ações de: envio do termo de adesão do Estado no evento; envio da proposta de critérios de convocação dos técnicos e dos atletas que representarão Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude; definição dos quantitativos da delegação mineira por modalidade; convocação da delegação; levantamento da documentação necessária para inscrição junto aos participantes; cadastro da delegação no site; proposta de matriz de responsabilidades dos profissionais que trabalharão nos Jogos Escolares da Juventude; dentre outros serviços.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

4.2 Plano de ação – Paralimpíadas Escolares

Descrição: Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude - Paralimpíadas Escolares.

Critério de Aceitação: Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude - Paralimpíadas Escolares, enviado dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado pela



SEESP. O Plano de Ação deverá compreender, no mínimo, as ações de: envio do termo de adesão do Estado no evento; envio da proposta de critérios de convocação dos técnicos e dos atletas que representarão Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude; definição dos quantitativos da delegação mineira por modalidade; convocação da delegação; levantamento da documentação necessária para inscrição junto aos participantes; cadastro da delegação no site; proposta de matriz de responsabilidades dos profissionais que trabalharão nos Jogos Escolares da Juventude; dentre outros serviços.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.

4.3 Plano de ação – Módulo II

Descrição: Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude - Módulo II.

Critério de Aceitação: Plano de ação para a participação da delegação de Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude - Módulo II, enviado dentro do prazo estabelecido e conforme modelo disponibilizado pela SEESP. O Plano de Ação deverá compreender, no mínimo, as ações de: envio do termo de adesão do Estado no evento; envio da proposta de critérios de convocação dos técnicos e dos atletas que representarão Minas Gerais nos Jogos Escolares da Juventude; definição dos quantitativos da delegação mineira por modalidade; convocação da delegação; levantamento da documentação necessária para inscrição junto aos participantes; cadastro da delegação no site; proposta de matriz de responsabilidades dos profissionais que trabalharão nos Jogos Escolares da Juventude; dentre outros serviços.

Fonte de comprovação: E-mail enviado pela OSCIP à SEESP e SEE com o documento.



6. CRONOGRAMA E QUADRO DE PESOS PARA AVALIAÇÃO

6.1. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES

AVALIAÇÃO	PERÍODO AVALIADO	MÊS
1° Avaliação	01/02/2018 a 31/05/2018	06/2018
2° Avaliação	01/06/2018 a 31/08/2018	09/2018
3° Avaliação	01/09/2018 a 31/12/2018	12/2018
4º Avaliação	01/01/2019 a 28/02/2019	03/2019
5º Avaliação	01/03/2019 a 31/05/2019	06/2019
6º Avaliação	01/06/2019 a 31/08/2019	09/2019
7º Avaliação	01/09/2019 a 31/12/2019	12/2019

6.2. QUADRO DE PESOS PARA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO	QUADRO DE INDICADORES	QUADRO DE PRODUTOS
1° Avaliação	40%	60%
2° Avaliação	40%	60%
3° Avaliação	70%	30%
4º Avaliação	30%	70%
5º Avaliação	80%	20%
6º Avaliação	30%	70%
7º Avaliação	60%	40%



7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS

PARCELAS	VALOR (R\$)	MÊS	CONDIÇÕES
1ª Parcela	2.591.747,36	Fevereiro/18	Na celebração do Termo de Parceria.
2ª Parcela	919.018,76	Julho/18	Conforme manifestação da 1ª reunião da CA e autorização do Supervisor.
3ª Parcela	509.359,90	Outubro/18	Conforme manifestação da 2ª reunião da CA e autorização do Supervisor.
4ª Parcela	180.670,49	Janeiro/19	Conforme manifestação da 2ª reunião da CA e autorização do Supervisor.
5ª Parcela	1.361.841,59	Fevereiro/19	Conforme manifestação da 3ª reunião da CA e autorização do Supervisor.
6ª Parcela	1.295.399,88	Abri/19	Conforme manifestação da 4ª reunião da CA e autorização do Supervisor.
7ª Parcela	897.350,26	Julho/19	Conforme manifestação da 5ª reunião da CA e autorização do Supervisor.
8ª Parcela	504.334,75	Outubro/19	Conforme manifestação da 6ª reunião da CA e autorização do Supervisor.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

8 - QUADRO DE PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

SR	Saldo Remanescente	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11
1	Entrada de Recursos.											
11	Receitas											
111	Repasses do Termo de Parceria	2.591.747,36					919.018,76					509.359,90
112	Receita Arrecadada em Função do TP											
113	Outras Receitas											
12	Rendimentos de Aplicações Fin.											
	(E) Total de Entradas:	2.591.747,36					919.018,76					509.359,90
	S. Pem. (SR) + Ent. (E)	2.591.747,36					919.018,76					509.359,90
2	Saida de Recursos											
2.1	Gastos com Pessoal											
2.11	Salários	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04	88.360,04
2.12	Estatuários											
2.13	Encargos	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80	65.177,80
2.14	Benefícios	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00	1.050,00
	Subtotal (Pessoal):	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84	154.587,84
2.2	Gastos Gerais	651.117,33	338.412,84	41.698,79	17.198,79	767.780,40	329.760,79	110.295,65	15.198,79	15.198,79	15.198,79	15.198,79
2.3	Aquisição de Bens Permanentes		2.600,00									
2.4	Transferência para Reserva de Recursos											
	(S) Total de Saídas:	805.705,17	495.600,68	196.286,63	171.786,63	922.368,24	484.348,53	264.883,49	169.786,63	169.786,63	169.786,63	169.786,63

Everson Ciccarini
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

SR	Saldo Remanescente	Mês 12	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Total
1	Entrada de Recursos													
11	Recettas													
111	Repasses do Termo de Parceria	180.670,49	1.361.841,59		1.295.399,88		897.350,26			504.334,76				8.259.722,97
112	Recetta Arrecadada em Função do TP													
113	Outras Recettas													
12	Rendimentos de Aplicações Fin.													
	(E) Total de Entradas:	180.670,49	1.361.841,59		1.295.399,88		897.350,26			504.334,76				8.259.722,97
	S. Rem. (SR) + Ent. (E)	180.670,49	1.361.841,59		1.295.399,88		897.350,26			504.334,76				8.259.722,97
2	Saída de Recursos													
2.1	Gastos com Pessoal													
2.11	Salários	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	94.191,80	2.102.262,07
2.12	Estagiários													
2.13	Ercargos	69.479,54	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	53.780,90	1.387.444,47
2.14	Benefícios	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	1.119,30	24.981,60
	Subtotal (Pessoal):	164.790,64	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	149.092,01	3.514.688,14
2.2	Gastos Gerais	15.879,85	617.207,04	443.850,54	45.452,05	15.879,85	788.791,96	335.130,31	99.064,08	15.879,85	15.879,85	15.879,85	15.879,85	4.739.834,83
2.3	Aquisição de Bens Permanentes			2.600,00										5.200,00
2.4	Transferência para Reserva de Recursos													
	(S) Total de Saídas:	180.670,49	766.299,05	595.542,55	194.544,06	164.971,86	935.883,97	484.222,32	248.156,09	164.971,86	164.971,86	164.971,86	174.391,04	8.259.722,97

Evers Ciricami
Presidente



ANEXO III DO TERMO DE PARCERIA – DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

O alcance do objeto do Termo de Parceria será avaliado por meio de reuniões da Comissão de Avaliação - CA, que serão realizadas na periodicidade definida no Anexo II – Programa de Trabalho, deste Termo de Parceria. Competirá à Comissão de Avaliação:

- a) Avaliar os resultados atingidos na execução do Termo de Parceria, de acordo com informações apresentadas pela OSCIP e atestados pelo Supervisor do Termo de Parceria, e fazer recomendações para o sucesso dos produtos e indicadores;
- b) Analisar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Financeiro apresentados pela OSCIP, e atestados pelo Supervisor do Termo de Parceria;
- c) Analisar a vinculação dos gastos da OSCIP ao objeto do Termo de Parceria celebrado, bem como a razoabilidade desses gastos;
- d) Solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSCIP e no local de realização do objeto do Termo de Parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;
- e) Solicitar ao OEP ou à OSCIP, esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;
- f) Cumprir o Cronograma de Avaliações previsto no Anexo II – Programa de Trabalho, item 6.1, deste Instrumento;
- g) Observar o disposto neste Anexo III – Sistemática de Avaliação do Termo de Parceria, parte integrante deste Instrumento, para a execução de suas atividades.

A Comissão calculará o desempenho de cada indicador e produto, conforme a metodologia constante neste Anexo e emitirá relatório conclusivo sobre os resultados obtidos no período avaliatório. A avaliação da Comissão é subsidiada pelos Relatórios Gerenciais de Resultados e Financeiro.

Os relatórios das reuniões da Comissão de Avaliação deverão demonstrar o que foi realizado até o momento, o indicativo de alcance do nível de desempenho acordado, os pontos problemáticos e proposições para o alcance das metas pactuadas para o próximo período.

Todos os repasses serão precedidos de uma reunião da Comissão de Avaliação, que emitirá relatório conclusivo com manifestação favorável quanto à sua realização.



Em cada reunião de avaliação, a CA é responsável pela análise dos resultados alcançados no período avaliado estabelecido no Termo de Parceria, com base nos indicadores de resultados e produtos constantes do seu Anexo II - Programa de Trabalho.

Nota referente ao alcance dos resultados do Quadro de Indicadores:

Ao final de cada período avaliatório, os indicadores serão avaliados a partir das informações de execução do Termo de Parceria apresentadas no Relatório Gerencial de Resultados. O resultado do indicador é calculado conforme Fórmula de Cálculo pactuada nos seus atributos. A partir desse valor, para cada indicador será aplicada a regra de Cálculo de Desempenho, também pactuada, gerando-se com isso uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

A nota do conjunto de indicadores avaliados no período será calculada pelo somatório da nota atribuída para cada indicador multiplicada pelo peso percentual respectivo, dividido pelo somatório dos pesos dos indicadores, conforme fórmula a seguir:

$$\text{Fórmula 1 (F1)} : \Sigma (\text{nota de cada indicador} \times \text{peso percentual respectivo}) / \Sigma (\text{pesos dos indicadores do referido período avaliatório})$$

Se na data da reunião de avaliação verificar-se que o cumprimento do indicador se deu fora do período avaliatório, ou seja, tiver havido um atraso no cumprimento da meta, a nota obtida em cada um desses indicadores será multiplicada por um fator de atraso calculado conforme abaixo:

$$\text{Fator de atraso: } (30 - \text{N}^\circ \text{ de dias corridos de atraso}) / 30$$

Nota referente ao alcance dos resultados do Quadro de Produtos:

Ao final de cada período avaliatório, os produtos serão avaliados a partir das informações de execução do Termo de Parceria apresentadas no Relatório Gerencial de Resultados. Para cada produto será atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), de acordo com o quadro abaixo:

Produto	Nota atribuída
Produto entregue no prazo	10
Produto entregue com atraso	$(30 - \text{N}^\circ \text{ de dias corridos de atraso}) / 3$
Produto não entregue	Zero



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

A nota do conjunto de produtos avaliados no período será calculada pelo somatório da nota atribuída para cada produto multiplicada pelo peso percentual respectivo, dividido pelo somatório dos pesos dos produtos, conforme fórmula a seguir:

Fórmula 2 (F2): Σ (nota de cada produto x peso percentual respectivo) / Σ (pesos dos produtos do referido período avaliatório)

Nota final

A nota final do Termo de Parceria no período avaliatório em questão será calculada pela ponderação das notas do Quadro de Indicadores e do Quadro de Produtos, de acordo com o respectivo percentual estabelecido no Quadro de Pesos para Avaliação, definido no Anexo II – Programa de Trabalho, item 6.2, conforme fórmula a seguir:

Fórmula 3 (F3): (Resultado de F1 x Peso Percentual para Indicadores + Resultado da F2 x Peso Percentual para os Produtos) / 100%

O resultado obtido é, então, enquadrado da seguinte forma:

Pontuação Final	Conceito
10,00	Excelente
De 9,99 a 9,00	Muito Bom
De 8,00 a 8,99	Bom
De 6,00 a 7,99	Regular
Abaixo de 6,00	Insatisfatório



Excepcionalidades

Para que a regra da avaliação de cumprimento de meta de indicadores e produtos com atraso seja utilizada, no dia da reunião da Comissão de Avaliação deverá ser apresentado, pelo Supervisor do Termo de Parceria, um documento complementar ao Relatório Gerencial de Resultados, atestando a conferência da respectiva fonte de comprovação e a realização da meta ou entrega do produto com atraso.

A Comissão de Avaliação somente poderá se utilizar do expediente da desconsideração de indicadores ou produtos, expurgando-os da nota final do Termo de Parceria no período avaliatório, em situações excepcionais. Para haver essa desconsideração, é condição indispensável o voto favorável de todos os membros da Comissão presentes na reunião, ou seja, existência de unanimidade na votação.

A Comissão de Avaliação poderá considerar não satisfatório resultado ou fonte de comprovação de determinado indicador ou produto, se lhe parecer adequado fazê-lo. Nesses casos, poderá atribuir nota parcial – entre 0 e 9,99 – para o indicador ou produto. Para tal, a Comissão deverá proceder a votação, sendo acatada a posição que obtiver maioria simples entre os representantes presentes.

Observações

Quando o resultado final do Termo de Parceria obtido no período avaliatório se enquadrar no conceito "Insatisfatório", a Comissão de Avaliação poderá sugerir a sua rescisão, justificando o seu posicionamento, cabendo ao dirigente máximo do Órgão Estatal Parceiro a decisão. Caso o OEP repasse a parcela de recursos seguinte, considerar-se-á que não há intenção de rescindir a parceria.

Caso a Comissão de Avaliação constate alguma irregularidade, ela poderá sugerir a rescisão da parceria, justificando seu posicionamento, ainda que a nota atribuída à parceria seja igual ou superior a 06 (seis). A decisão conclusiva quanto à rescisão ou não do Termo de Parceria caberá ao Dirigente Máximo do OEP, respeitadas as disposições previstas na legislação que regulamenta os Termos de Parceria.